

Iraque

O Terceiro *round*

Pierre Hassner

O veredicto da história e da moral sobre a guerra do Iraque dependerá, primeiro que tudo, das suas consequências para o povo iraquiano e para o Médio Oriente no seu conjunto - a começar pelo conflito israelo-palestino - e se se assistirá ao progresso da democracia e da segurança ou se, pelo contrário, será o choque de culturas, o terrorismo e as armas de destruição maciça. Mas, enquanto se aguardava, a guerra foi objecto de uma querela quase metafísica em que os protagonistas foram, nos Estados Unidos, os defensores ideológicos, ligados à administração Bush, do “império benigno” e de um novo conflito bipolar com o “eixo do mal”. Em França, por seu lado, Jacques Chirac e Villepin defendiam um mundo multipolar e multilateral, expressão do direito e da justiça. Este confronto teve, até ao presente, dois *rounds* – o primeiro pertenceu à França, o segundo aos Estados Unidos. A nossa tese é que o terceiro, o decisivo, não pode pertencer a nenhum dos dois protagonistas, e deverá resultar na sua derrota recíproca, se eles levarem ao extremo a lógica das suas posições respectivas, ou na sua vitória comum, se as adaptarem num sentido mais realista.

Ainda mais do que não ter sido ganho pela França, o primeiro *round* foi espectacularmente perdido pelos Estados Unidos. O governo de uma superpotência, que postulava que, se ela mostrasse firmemente a via o resto do mundo a seguiria, não conseguiu obter os votos dos seus vizinhos ou protegidos, como o Canadá, o México ou o Chile; a Turquia, aliado favorito dos neoconservadores, apresentada como exemplo de país muçulmano capaz de ser uma democracia, que se manifestou precisamente recusando a passagem às tropas americanas; Vladimir Putin, o aliado estratégico a quem o presidente Bush, tendo sondado a sua alma, tinha concedido a sua confiança, traiu-a; a opinião pública de todos os países europeus e árabes, incluindo aqueles cujos governos apoiavam os Estados Unidos, opôs-se maciçamente à guerra. Eis um balanço que demonstra, de forma espantosa, os défices de influência e de legitimidade que uma superioridade militar e económica esmagadora não é capaz de superar.

Pelo contrário, a França conseguiu ocupar, tanto na cena diplomática como na cena da opinião pública mundial, um lugar desproporcional em relação ao seu poder. Primeiro como interlocutora dos Estados Unidos, depois como líder do autoproclamado campo da paz. Depois de 20 de Janeiro de 2003, a França recusou a lógica da pressão militar ou do ultimato, impediu George Bush e Tony Blair de fazerem aprovar, no Conselho de Segurança, uma segunda resolução autorizando a guerra; apareceu, muito mais do que os outros membros permanentes, como porta-voz ou arauto de uma concepção do sistema internacional oposta à ordem unipolar e ao comportamento unilateral da América imperial, uma ordem simultaneamente multipolar e multilateral, baseada, por um lado, no direito e na justiça, e , por outro lado, numa coligação com a Alemanha, a Rússia e a China.

A segunda fase, a da guerra, marca – quer agrade, quer não – o triunfo dos Estados Unidos e dos seus aliados britânicos, e o embaraço da França e do “campo da paz”. Apesar das sempre válidas críticas sobre a legitimidade e as consequências últimas da sua acção, os Estados Unidos desmentiram incontestavelmente as objecções clássicas e razoáveis e as previsões catastrofistas, que iam dos riscos de confrontação generalizada ou do emprego de armas químicas por um Saddam Hussein reduzido ao desespero à prolongada batalha de rua em Bagdad e à resistência feroz da Guarda Republicana, se não mesmo do povo iraquiano. O triunfalismo um pouco precipitado e indecente dos críticos aquando das dificuldades da primeira semana acabou por dar lugar ao dos estrategas americanos mais ambiciosos, como Donald Rumsfeld.

É forçoso reconhecer que os progressos da tecnologia permitiram à força aérea, em combinação com as forças especiais e as forças terrestres convertidas à mobilidade e à capacidade de manobra, sucessos que os resultados dos bombardeamentos estratégicos durante a Segunda Guerra Mundial ou a guerra do Vietname não deixavam antever.

Quanto à França, está provado, mais uma vez, que o activismo diplomático e verbal, por mais inflamado que seja, é mais eficaz na denúncia do que na edificação de relações de poder, e que nem as sondagens nem as coligações diplomáticas substituem, por si sós, as armas e a riqueza.

Onde estamos agora? A terceira fase é rica em dilemas para uns e para outros, e pode levar a impasses ou a confrontações catastróficas para todos se ninguém conseguir

reconhecer o carácter limitado e transitório da sua vitória respectiva e se não se tirarem lições das duas fases precedentes.

A França deve evitar um triplo perigo: uma capitulação sem glória, sobretudo perante a inqualificável campanha de injúrias e de represálias de que é objecto; uma política amuada de cadeira vazia; e a manutenção do discurso, colocando indefinidamente exigências irrealistas (como a administração do Iraque pela ONU) e envolvendo-se em alianças frágeis e duvidosas (com Putin, carrasco da Tchechénia, com quem certamente não partilha a visão das relações internacionais, ou com a Síria, cujo o regime assassinou dois notáveis franceses, o embaixador Delamare e o grande investigador Michel Seurat).

A França também não deve procurar ditar, sozinha, a posição da Europa. Felizmente, a França parece decidida a envolver-se na via de uma adaptação pragmática às novas realidades do Médio Oriente, sem abandonar os seus princípios, mas regressando, para poder impulsionar a sua aplicação, ao diálogo com os seus parceiros naturais, não obstante as recentes divisões. Para tal, ainda falta que estes últimos, por sua vez, tirem as lições dos seus fracassos passados e que não se deixem inebriar pelas suas vitórias.

Os Estados Unidos podem vangloriar-se de terem triunfado militarmente, com um custo humano menor do que o esperado, e de terem derrubado dois regimes totalitários: o dos Talibans e o de Saddam Hussein. Mas isso não apaga de todo os estragos que a sua arrogância e o seu unilateralismo causaram na sua influência e no seu prestígio, sem contar com a suspeição que a fraqueza militar de Saddam Hussein e a incapacidade de encontrar as armas de destruição maciça levantam em relação à sua credibilidade.

Os iraquianos libertados já manifestam a sua recusa a uma ocupação externa, e o cenário da primeira guerra do Afeganistão (a substituição de uma tirania totalitária por um regime islâmico) corre o risco de repetir-se. O principal dilema parece ser, para o governo americano, entre uma saída rápida, deixando o lugar ao caos ou a um governo anti-americano, ou, pelo contrário, uma ocupação prolongada, que parece cada vez mais pensada sob um ângulo imperial clássico: bases militares, o oleoduto Iraque-Síria substituído por um oleoduto Iraque-Israel, gestão americana do petróleo e da reconstrução e, de uma forma geral, uma remodelação do Médio Oriente num sentido americano-israelita.

A terceira solução – única viável – será a abertura a uma legitimação multilateral, o que corresponderia aos interesses dos Estados Unidos, da Europa e, sobretudo, do Médio

Oriente. Um certo número de questões, ainda pendentes e sujeitas a negociação, ou a uma decisão unilateral americana, servirão de teste: regresso dos inspectores da ONU, de uma ou outra forma, para autenticar as eventuais descobertas anglo-americanas em matéria de armas de destruição maciça; aprovação de resoluções da ONU para o levantamento das sanções; tribunal ad hoc para os crimes do regime de Saddam, nomeado pelo Conselho de Segurança e seguindo mais o modelo do TPI do que o de um tribunal militar americano; participação da NATO na manutenção da paz; participação internacional no desenvolvimento dos recursos petrolíferos, etc.

Mas o desafio mais importante ultrapassa o Iraque: o conflito israelo-árabe, a interpretação e a aplicação do *road map* decidido pelo Quarteto, pressões simultâneas sobre israelitas e palestinianos. Todas estas questões são matéria de compromisso e de negociações, que podem, a qualquer momento, derrapar ou ser bloqueadas. É, talvez, nestas circunstâncias que um terceiro grupo de actores poderia ter um papel positivo maior do que até agora. Trata-se dos membros europeus da coligação liderada pelos Estados Unidos, particularmente a Inglaterra e a Espanha.

Sobre a quase totalidade das questões referidas, estes países estão mais próximos dos outros europeus do que das tendências actualmente dominantes do governo Bush. Tony Blair fez-se advogado do Tribunal Penal Internacional, do papel da ONU, de uma nova abertura aos problemas do sul e, especialmente, do retomar do processo de paz israelo-palestiniano. Quanto à Espanha, também tem relações privilegiadas com os países árabes. Talvez eles sejam, em tempo de paz, mais capazes do que em tempo de guerra de se distinguirem dos Estados Unidos e de os levarem a ter em conta as reacções da Europa e do mundo árabe-muçulmano. É certo, de qualquer forma, que, a longo prazo, a criação de uma verdadeira política europeia de segurança e defesa passa pela reconstrução do trio franco-anglo-germânico e, em particular, por um *rapprochement* entre a França e a Inglaterra. Somente esta política permitirá criar, não uma superpotência europeia, comparável aos Estados Unidos e que lhe sirva de contrapeso, mas uma Europa que, no interior do Ocidente, os possa influenciar e servir de ponte com os povos de quem os americanos se afastam todos os dias.

Tal não corresponde integralmente nem ao modelo da paz pelo império nem ao da paz pela lei. Mas Raymond Aron mostrou, há muito tempo, que nem um nem outro permitem escapar aos dilemas e às ambiguidades da potência e da legitimidade. Quanto à procura, sempre renascida, do equilíbrio, ela não poderá identificar-se com uma constelação de

Estados equidistantes e equivalentes. Não pode abstrair-se das desigualdades de poder entre os Estados nem do papel das opiniões públicas e das forças não estatais.

Era Raymond Aron que falava da ordem anárquica do poder, a ordem desigual do desenvolvimento e da ordem heterogénea dos valores. Tornar o poder menos anárquico, o desenvolvimento menos desigual e os valores menos heterogéneos, eis um objectivo que deveria ser aceitável para todos os que, dos dois lados do Atlântico, se preocupam verdadeiramente com a ordem internacional.